

**FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE ITUVERAVA
FACULDADE DR. FRANCISCO MAEDA**

**UMA ANÁLISE SOBRE O DESMATAMENTO NA
AMAZÔNIA BRASILEIRA: OS PROBLEMAS E O CAMINHO
PARA A SUSTENTABILIDADE**

**ITUVERAVA
2010**

LÍVIA DE PAULA FREITAS

**UMA ANÁLISE SOBRE O DESMANTAMENTO NA
AMAZÔNIA BRASILEIRA: OS PROBLEMAS E O CAMINHO
PARA A SUSTENTABILIDADE**

**Trabalho de conclusão de curso, apresentado à
Fundação Educacional de Ituverava.
Faculdade Dr. Francisco Maeda, para
obtenção de Título de Bacharel em Direito.**

**Orientadora: Prof.^a MSc. Juliana Xavier
Fernandes Martins**

**ITUVERAVA
2010**

LÍVIA DE PAULA FREITAS

**UMA ANÁLISE SOBRE O DESMATAMENTO NA
AMAZÔNIA BRASILEIRA: OS PROBLEMAS E O CAMINHO
PARA A SUSTENTABILIDADE**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Fundação Educacional de Ituverava,
Faculdade “Dr. Francisco Maeda”, para obtenção do título de Bacharel em Direito.**

Ituverava, 9 de Novembro, de 2010.

Orientador (a): _____
Profa. MSc. Juliana Xavier Fernandes Martins

Examinador (a): _____
Prof. Manoel Ilson Cordeiro Rocha

Examinador (a): _____
Rogéria Cristina Mascarenhas Bernardes

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais Lázaro Moreira de Freitas e Valéria Aparecida Costa de Paula Freitas, pela dedicação a mim ao longo de minha vida.

Ao meu irmão Bruno de Paula Freitas, pelo companheirismo.

A minha tia e madrinha Rogéria Costa de Paula que muito me ajudaste no decorrer desses anos.

A minha madrinha Valdevina Candido Bueno Rosa Bontadini, pelo apoio, amizade, compreensão e pela força para a realização deste trabalho.

Sou grata a todos vocês!

AGRADECIMENTOS

Em primeiríssimo lugar agradeço a Deus, pelo dom da vida, pela dádiva da saúde e pelo presente maior que é minha família.

Aos meus pais Lázaro e Valéria.

À minha orientadora, Prof.^a MSc. Juliana Xavier Fernandes Martins, por todo o apoio na conclusão deste trabalho e pela propagação de conhecimentos.

Aos amigos, pela compreensão e ajuda, em todos os momentos de minha vida, em especial à Tisa Alcantara Menezes, pela dedicação, companheirismo, paciência e por estar sempre presente, mesmo com tantas diferenças. Que a amizade sempre prevaleça!

Ao amigo Diego Vaz pela estimação e força em todos os momentos, para a realização deste trabalho.

A todas as pessoas que me acompanharam ao longo destes cinco anos.

Querido Jesus,

Precisas ver o que temos feito com esta Terra, na qual teu Pai criou vida-e vida inteligente.

Nossa ambição de lucro polui rios, e mares, queima florestas, exaure solo, resseca mananciais, extingue espécies marítimas, aéreas e terrestres, altera os ciclos das estações e envenena a atmosfera.

Gaia se vinga, cancerizando-nos, reduzindo as defesas de nosso organismo, castigando-nos com a fúria de seus tornados, tufões, furacões, terremotos, com frio e calor intensos.

Frei Betto

RESUMO

A Amazônia está localizada na região norte da América do Sul, é integralmente, conhecido pelas suas belas riquezas, e sua imensa concentração de biodiversidade. Coberta por uma vasta floresta tropical, que vêm a manter o equilíbrio climático de todo o mundo. O patrimônio esplêndido existente na Amazônia pode vir a ser dividido em grupos, patrimônio biológico, hidrológico, geológico, e cultural. Atualmente os problemas que agridem a Amazônia são diversos, alguns deles como o garimpo, a extração ilegal da madeira, a pecuária, a plantação de soja, a biopirataria, a poluição dos rios, a devastação e também a soberania ameaçada. É um conjunto que gera a destruição da floresta amazônica. Diante a globalização, surgem com frequência questionamentos sobre a internacionalização da Amazônia, é muito contraditório tratar de internacionalização enquanto o mundo está todo globalizado. A velha cobiça internacional é presente desde os velhos tempos. A importância da preservação da floresta amazônica é indiscutível. A sustentabilidade sendo tema atual fixa o meio ambiente, a ser preservado. O desenvolvimento sustentável requer além de satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a satisfação de atender as necessidades de uma próxima geração. Ou seja, manter o meio ambiente ecologicamente equilibrado é a forma mais correta para a preservação da humanidade.

Palavras-chave: Amazônia. Desmatamento. Soberania. Sustentabilidade.

SUMMARY

The Amazon is located in northern South America, is fully known for its beautiful richness, and its huge concentration of biodiversity. Covered by a vast rain forest, they see to maintain the climatic balance of the world. The splendid heritage exists in the Amazon might be divided into groups, biological heritage, hydrological, geological, and cultural. Currently the problems that attack the Amazon are diverse, some of them as gold mining, illegal logging, cattle ranching, soybean plants, biopiracy, river pollution, deforestation and also the sovereignty threatened. It is a set that generates the destruction of the Amazon rainforest. Faced with globalization, there are often questions about the internationalization of the Amazon it is very contradictory to deal with internationalization while the whole world is globalized. The old international greed is present from the old days. The importance of preserving the Amazon forest is indisputable. The sustainability issue is fixing the current environment, to be preserved. Sustainable development requires in addition to satisfying the needs of the present without compromising the satisfaction of meeting the needs of next generation. That is, maintain an ecologically balanced environment is the proper way to preserve humanity.

Keywords: Amazonia. Deforestation. Sovereignty. Sustainability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Evolução do desmatamento na Amazônia.....	23
Figura 2 – DETER Amazônia legal.....	26

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 AMAZÔNIA E SUA IMPORTÂNCIA	12
1.1 O PATRIMÔNIO AMBIENTAL	13
1.2 PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIAL	14
1.3 PATRIMÔNIO ECONÔMICO	15
2 DOS PROBLEMAS DA AMAZÔNIA	17
2.1 DEVASTAÇÃO EM GRANDE ESCALA	21
2.2 A QUEDA DO DESMATAMENTO	25
2.3 DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA	27
2.3.1 DO CONCEITO DE SOBERANIA NA ATUALIDADE	27
2.3.2 GLOBALIZAÇÃO E A TRANSFORMAÇÃO DO CONCEITO DE SOBERANIA	28
2.3.3 ONGS NA AMAZÔNIA	30
3 UM FUTURO SUSTENTÁVEL PARA A AMAZÔNIA	33
3.1 HISTÓRICO DA SUSTENTABILIDADE	35
3.2 DO PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	36
3.3 O PLANO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL (PAS)	38
3.4 DO MANEJO FLORESTAL	41
3.5 DA OPERAÇÃO ARCO DE FOGO	43
3.6 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UNs)	44
CONCLUSÃO	46
REFERÊNCIAS	48

INTRODUÇÃO

A Amazônia está localizada na região norte da América do Sul, tem uma extensão que gira em torno de 5,5 milhões de km².

É amplamente conhecida por suas riquezas, e abriga a maior biodiversidade do mundo, contendo um enorme patrimônio biológico, hidrológico, geológico, e cultural. Tentar classificar a Amazônia é complexo e sensível, uma vez que muito se desconhece do patrimônio existente. A Amazônia traz consigo a maior floresta tropical do mundo.

Diante tamanha exuberância muitos problemas também há na Amazônia, a extração ilegal da madeira, a devastação, e a soberania ameaçada, são clássicos que existem na Amazônia há tempos.

O problema maior na atualidade trata-se da demanda do desflorestamento, derrubam a floresta para pastagem e também para plantação. Presenciamos notícias constantemente sobre a derrubada da floresta amazônica, contribuindo também para o aquecimento global. Nas últimas atualizações dos monitoramentos de desflorestamento houve uma queda na devastação. Entretanto, mesmo havendo uma diminuição na quantidade de devastação ela insiste em perdurar. Porém, a estimativa é firmar-se com a queda e continuar a diminuir a quantidade de derrubada da floresta Amazônica.

A questão da soberania, a velha cobiça internacional também vigora, uma vez que os olhos do mundo estão voltados para a Amazônia. Por ser um patrimônio com grande diversidade, a qual gera um desenvolvimento econômico totalmente lucrativo, países do mundo todo ameaçam a soberania uma vez que o mundo encontra em atual estado de globalização.

ONGs atuam na Amazônia em razão da imensa biodiversidade existente, tendo como objetivo atuar, onde há pouca presença do Estado. De forma relativa, a atuação das ONGs é um meio de intervenção com a futura manifestação de internacionalizar um patrimônio a qual interfere todo o planeta.

E para concluir após a exposição dos problemas que afetam a Amazônia, são expostos planos, ações, programas e diretrizes que caminham para a sustentabilidade ambiental.

O governo hoje atua em diversas extensões para a preservação e conservação do meio ambiente alguns planos para manter a floresta, para aderir à sustentabilidade, conter a exploração ilegal, entre outros.

O desenvolvimento sustentável como base da existência de um futuro sustentável, conhecido mundialmente em 1987 pelo Relatório Brundtland, vem para abrir o caminho para a conservação da natureza.

Quando se fala em sustentabilidade ambiental, esta por si só entende-se que precisa de meios sustentáveis para um ecossistema saudável visando, no entanto, o equilíbrio social, ambiental.

O presente trabalho tem como objetivo analisar a Amazônia, dos problemas hoje presentes, e o caminho da sustentabilidade mediante planos existentes.

Para o desenvolvimento desse trabalho foram realizadas pesquisas na internet, em artigos jurídicos, e doutrinas.

1 AMAZÔNIA E SUA IMPORTÂNCIA

A Amazônia está localizada na região norte da América do Sul, é integralmente conhecida pelas suas riquezas, e sua imensa concentração de biodiversidade. Coberta por uma vasta floresta tropical, que propõe a manter o equilíbrio climático de todo planeta.

Esta por si só ocupa uma área que gira em torno de 5,5 milhões de km², vindo abranger territórios de alguns países, sendo estes; Brasil, Venezuela, Bolívia, Colômbia, Peru, Equador, Suriname, Guiana, e a Guiana Francesa. Só no Brasil encontra-se a estimativa de 60% da área total da Amazônia, que vem a compartilhar com Estados como, Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Tocantins. Obtendo então com essa formação a Amazônia brasileira, e que se estende ainda pelo norte do Mato Grosso e pelo centro oeste do Maranhão. (PAREJO, 2010).

Atualmente 25 milhões de habitantes vivem na Amazônia, a maior parte dessa população se encontra nos grandes centros urbanos, o restante disperso sobre a região.

As políticas para a Amazônia geralmente focam na população rural, o chamado povo da floresta. “No início dos anos 70, apenas 3,5% da população viviam em áreas urbanas. Nas últimas três décadas, o perfil demográfico se transformou em ritmo acelerado, hoje, 73% da população vivem nas cidades” (O FATOR...,2009).

Classificar a Amazônia é um tanto quanto complexo, pois a riqueza existente na floresta amazônica é indescritível, diga se de passagem que a maior parte desta área é inexplorada pela ciência, isto é, há um desconhecimento do homem diante essa imensa extensão coberta de riquezas. A biodiversidade na Amazônia é imensa, e sem sombra de dúvida esta região é considerada dentre as mais ricas do mundo. Constituindo uma considerável quantidade de reservas de plantas, vegetais, animais, águas, tribos indígenas, minerais entre outros. É possível dividir a Amazônia em grupos de patrimônios importantes, como patrimônio cultural, ambiental, social, e econômico.

1.1 O PATRIMÔNIO AMBIENTAL

A floresta amazônica é detentora da mais extensa área de diversidade do mundo.

A biodiversidade existente na Amazônia é totalmente ampla. O patrimônio hidrológico na Amazônia é imenso, sendo está considerada a maior bacia hidrográfica do planeta.

Não tem como tratar de Amazônia e não falar em águas. Cerca de 20% da água potável do mundo encontra-se toda na região. O Brasil é um dos países de maior disponibilidade de água doce.

“A região amazônica obtém a maior reserva de água doce do mundo, dos trinta maiores rios do mundo, quinze estão localizados na Amazônia”. (LESSA, 2008, p.12).

O que parece ser uma floresta homogenia é, na verdade, um mosaico de paisagem e ecossistemas muitos diferenciados, planaltos, depressões, terrenos alagados e de terra firme, rios de todos os tamanhos, águas de cores variadas, florestas secas, savanas, pântanos e manguezais. (AINDA HÁ...,2007)

A Amazônia é o guardião do mundo em se tratando de equilíbrio climático, não só isso, pois suas características são diversas.

A conservação da estabilidade saudável da Amazônia é fundamental para manutenção de vida no planeta, a conservação e preservação indispensável para a sobrevivência da humanidade presente e também para as futuras.

“Além de áreas de floresta inclui cerca de 730 mil Km² de cerrado e outras formações naturais não florestais.” (ESCOBAR, 2007, p. 11).

A utilização da biodiversidade varia de acordo com o fim desejado, como exemplo as empresas farmacêuticas utilizam-se de plantas para composição de remédios e cosméticos.

A cada caminhar dentro da floresta uma nova descoberta, seja uma flor, uma pedra, um pássaro, é difícil percorrer dentre a floresta e observar a mesma paisagem.

“A ciência não conhece nem 10% da biodiversidade do planeta”. (MILARÉ, 2007, p.154).

Se tratando de fauna e flora o Brasil abriga 13% das espécies existentes em todo o mundo, e grande parte destes estão na Amazônia.

As florestas são recursos naturais essenciais para todas as sociedades, o ato de usufruir do manejo ou do desmatamento é o ponto que diferencia as sociedades em geral.

As florestas tropicais, como a Amazônia, são máquinas de fotossíntese mais eficiente do planeta. Um novo estudo internacional mostra que elas absorvem um terço de todo o gás carbônico que é retirado da atmosfera pelas plantas todo ano. Apesar de absorverem muito carbono por fotossíntese, as florestas tropicais devolvem outro tanto ao ar quando respiram. (FLORESTA TROPICAL..., 2010).

Na Amazônia há uma concentração de trilhões de toneladas de carbono. Sua massa vegetal libera grande proporção de águas para a atmosfera anualmente. Através de um processo da “evapotranspiração” sendo qualquer processo pelo qual a água da planta ou do solo passa ao estado de vapor.

“A combinação dos efeitos da evapotranspiração e do fluxo do transporte horizontal de umidade a partir do oceano garante a estabilidade do ecossistema e do próprio clima”. (CUNHA, 2010, p.13).

1.2 PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIAL

Aproveitar os recursos existentes na Amazônia são as causas mais discutidas nos últimos tempos, os recursos naturais nesta região são utilizados em diversos ramos, as comunidades tradicionais locais, que lá se habitam utilizam os recursos para vestuário, alimentação, comercialização, medicação entre outros. Fato é, os recursos naturais existente e a biodiversidade propagam as comunidades tradicionais a explorar dos bens para manutenção de sua qualidade de vida, e cultura, a importância cultural- seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, babaqueiros, onde a forma de vida destes está intimamente, relacionada ao ambiente local.

“O meio ambiente, que é patrimônio não só da geração atual, mas também das gerações futuras, precisa ser considerado nas suas dimensões de espaço e tempo. Ou seja, é preciso crescer, sim, mas de maneira planejada e sustentável”. (MILARÉ, 2007, p. 63).

A biodiversidade é causa de cultivo econômico na região, ela beneficia com lucros em face de sua exploração, a exemplo deste os recursos naturais.

Durante a segunda metade do século XIX, o extrativismo na Amazônia chamava atenção, fazendo então que houvesse uma ocupação na terra pelos Nordestinos à procura da borracha, tendo então o famoso “ciclo da borracha”. No período da segunda guerra mundial, houve um novo incentivo para o extrativismo da borracha.

“O fim do ciclo da borracha não apenas deixou seringueiros abandonados, mas também arruinou a elite bem-educada, europeizada, de Manaus e Belém”. (O FATOR..., 2009, p. 26).

O extrativismo é um sistema de exploração baseado na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis. (Lei 9.985/2000, art.2º, XII).

1.3 PATRIMÔNIO ECONÔMICO

A importância econômica na Amazônia gira em torno da biodiversidade, pois está abrem inúmeras possibilidades econômicas associadas aos recursos naturais, conservação de espécies e aplicação de tecnologias avançadas para obtenção de matérias primas, ao qual contribuem para a sustentabilidade ambiental. Em outras palavras, os recursos naturais geram matérias primas, concretizando riquezas mediante a biodiversidade. O ponto negativo dessas explorações quando não sustentáveis, ou seja, quando explorada por meios a quais afetam o meio ambiente diretamente faz com que haja uma redução das espécies, causando então uma limitação na utilização dos recursos para as gerações futuras. A exploração dos recursos naturais nada mais é que um incentivo harmônico entre o desenvolvimento social, sustentável para a conservação destes, dando incentivo ao uso dos recursos naturais renováveis.

Além de garantia de renda para os vivem explorado pelos barracões dos seringais, as reservas extrativistas, além de proporcionar ganhos econômicos para índios, colonos e seringueiros, podem servir de modelo para todos os países tropicais interessados na preservação do meio ambiente.

A finalidade de buscar lucros hoje diante a exploração e destruição dos recursos naturais, faz com que os benefícios sejam muito mais importantes do que a preservação de um prazo constante.

A Amazônia diante seus recursos, sofre de dois tipos de extração sendo estas, o tipo coleta e o tipo aniquilamento. Se tratando da coleta o que ocorre é a permanência da matriz do bem natural, do recurso, isto é, o que gera permanece. Exemplo o extrativismo da seringueira. Já a extração do tipo aniquilamento é a destruição total da planta matriz, sendo este objeto de interesse econômico, com exemplo a extração da madeira. (HOMMA, 2008).

Assim que houve a descoberta do Brasil o extrativismo já era existente, uma vez que exploravam do pau-brasil para comercialização, foi o primeiro ciclo econômico do país e que durou em média por três séculos.

“As reservas extrativistas estão sendo consideradas como uma alternativa de se evitar o desmatamento na Amazônia”. (HOMMA, 2008).

O homem hoje desfruta de inúmeros meios de vida advindos da floresta Amazônia, sua qualidade, importância e preservação (conservação) de grande enfoque. Os estudos existentes sobre floresta amazônica mostram que dentro dela há milhares de recursos que podem dar origem a diversas áreas.

Cabe ao Estado a implementação de políticas públicas coerentes de acesso aos recursos de biodiversidade, reconhecendo os direitos dos povos indígenas comunidades tradicionais aos recursos existentes em seu território, bem como aos conhecimentos que tais populações têm desenvolvido ao longo dos séculos sobre eles sem destruir a natureza. (ABRANTES, 2002, p. 3).

É de grande importância a permanência das florestas em pé, por elas equilibram o clima, melhoram a qualidade do ar, filtram a água, conservam os habitats para a fauna e flora que nela permanecem, conserva a temperatura agradável e ainda fornecem os recursos necessários para o desenvolvimento econômico.

Os inimigos públicos da Amazônia são os desmatamento, “grande parte da área devastada destina-se a pecuária; porém, dados coletados mostram que a abertura de clareiras superou a produtividade do gado, evidenciando grande desproporção entre custo ambiental e suposto benefício econômico”. (MILARÉ, 2007, p. 627).

2 DOS PROBLEMAS DA AMAZÔNIA

Há tempos a Amazônia sofre com atos predatórios do homem, ou seja, os problemas existentes nessa terra são advindos das ações humanas. E tem como conseqüências grandes impactos negativos diante ao meio ambiente.

A devastação ambiental não é privilégio dos nossos dias. É um fenômeno que acompanha o homem desde os primórdios de sua história. (MILARÉ, 2007, p.809).

A região amazônica desperta interesse em nível mundial, causando então uma cobiça que fere até mesmo com a soberania nacional diante da Amazônia. Hoje em dia vivemos grandes quantidades de desmatamento, extração ilegal da madeira, poluição dos rios, biopirataria, transformação da floresta em pastos, e em plantações, aquecimento global e diversos problemas existentes e muito presentes na vida dos homens da Amazônia.

Quando derruba um pedaço de floresta na Amazônia e ali estabelece uma área de pastagem, o homem não produz impactos apenas sobre o clima e a biodiversidade. Causa outra alteração no ecossistema, ainda pouco dimensionada: rios de pequeno e médio porte passam a ter trechos nitidamente alterados, tendendo a se tornar poluídos, devido à substituição da mata por fazendas de gado. (FAPESP, 2002).

A contaminação dos rios ocorre, diante substâncias que são jogadas aos rios pelas fabricas, por exemplo, a ação dos garimpos também causa contaminação, o ato de jogar na água o mercúrio e ademais substâncias para vir a separar o ouro faz que haja uma poluição. Além de atingirem as espécies que vivem diretamente nas águas, as plantas que atingem as borda destes rios geralmente são afetadas pelas substancias tóxicas. Ou seja, poluição da água é a introdução de materiais químicos, físicos como também biológicos estragam a qualidade da água e afeta o organismo dos seres vivos.

“O garimpo perdeu vigor nos anos noventa, com a queda brusca dos preços do ouro e o esgotamento das jazidas superficiais”. (PAS, 2008, p. 50).

Nas áreas sem vegetação abundante, parte do carbono e dos nutrientes - sobretudo fósforo e nitrogênio - que normalmente seriam absorvidos pela mata e pelo solo acaba atingindo os rios, carregada pela chuva e pela erosão das encostas. Em altas concentrações, esses compostos funcionam como poluentes dos rios e podem ser detectados até em trechos situados fora da área desmatada. Ainda não há impactos escandalosamente visíveis, como peixes mortos ou grandes detritos flutuando, mas a contaminação dos rios é uma realidade em alguns pontos. (FAPESP, 2002).

Sofre-se também com biopirataria na Amazônia, este fato existe desde os tempos antigos, de início houve a perda do cacau, em 1746. Sendo então à primeira biopirataria da Amazônia.

Certo afirmar que o Brasil é uma das maiores vítimas da biopirataria internacional. Entende-se que a,

[...] biopirataria consiste no ato de aceder a ou transferir recurso genético (animal ou vegetal) e/ou conhecimento tradicional associado à biodiversidade, sem a expressa autorização do Estado de onde fora extraído o recurso ou da comunidade tradicional que desenvolveu e manteve determinado conhecimento ao longo dos tempos (prática esta que infringe as disposições vinculantes da Convenção das Organizações das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica). A biopirataria envolve, ainda, a não-repartição justa e equitativa - entre Estados, corporações e comunidades tradicionais - dos recursos advindos da exploração comercial ou não dos recursos e conhecimentos transferidos. (AMBIENTE BRASIL, 2010).

O cumprimento de um plano de manejo sustentável a qual fosse aplicado nessas extrações de madeira seria a resolução do problema, as árvores salvas dos danos representam uma maior quantidade de árvores a quais poderão servir e vir a ser exploradas futuramente.

A biodiversidade imensa existente na Amazônia como já mencionada é motivo de grande cobiça, há espécies que só se encontram nessa região. Transformar essa biodiversidade em riquezas é interesse do mundo todo, e a respeito disso temos a biopirataria. A falta de ação do estado na Amazônia faz com que haja esses tipos de crimes. Onde pessoas entram e saem de nossa floresta quando bem entende.

A falta de conhecimento sobre a biodiversidade na Amazônia causa desconhecimento de muitos recursos que poderiam trazer benefícios econômicos para a população em um primeiro momento.

A exploração desenfreada dos recursos naturais reflete de forma escandalosa no meio ambiente. “A fragilidade da economia extrativa em que se baseia a maioria dos produtos da biodiversidade amazônica constitui em um convite a biopirataria”. (HOMMA, 2008).

Além desses problemas já expostos a Amazônia sofre da extração ilegal da madeira, que a cada dia cresce diante o consumo da população.

A velocidade da degradação da floresta na Amazônia e os protagonistas da destruição têm variado, mas é cada vez mais importante o papel das madeiras nesta degradação. Nos anos 70, os madeireiros geralmente aproveitavam a madeira oriunda das fazendas que transformavam florestas em pastagens. Naquela época, a exploração ocorria próxima a estradas abertas pelo governo, principalmente no Mato Grosso e Pará. (GREENPEACE, 2001).

O combate aos grandes problemas hoje vinculados a Amazônia brasileira, é prioridade para o governo e também para as organizações internacionais.

As relações de consumo estão ligadas diretamente na devastação, o correto seria explorar da madeira mediante plano de manejo, que será mais abordado no terceiro capítulo deste trabalho, e mesmo assim este sendo aprovado pelos órgãos ambientais.

A extração ilegal da madeira contribui para os impactos ambientais e sociais, o conflito com as populações tradicionais na região, utilização de mão de obra escrava, e o desmatamento como fator principal caracterizando crime. As carvoarias agem na maioria das vezes de forma ilegal, irregularidades ambientais, a produção carvoeira é utilizada como matéria prima por pólos siderúrgicos.

“Com a ausência quase total de fiscalização, a extração ilegal de madeira se intensificou até mesmo em áreas de reserva ambientais e terras da União. A instalação de assentamentos de reforma agrária sem estrutura adequada em plena floresta conduziu a mais desmatamento”. (TOMAZELA, 2007 p. 50).

A exploração de madeira na Amazônia tem ocorrido há mais de 300 anos. Inicialmente, a atividade não causava grande impacto à floresta. Os madeireiros exploravam apenas um pequeno número de espécies, transportando as toras pelos rios. Entretanto, nos últimos trinta anos, a exploração tem se tornado cada vez mais intensiva e predatória. Nos anos 70, os madeireiros geralmente aproveitavam a madeira oriunda das fazendas que transformavam florestas em pastagens. (GREENPEACE, 2001)

Além da madeira a pecuária na Amazônia também persiste, até a década de 70 as lavouras de soja estavam concentradas nos Estados do Sul.

A atividade agropecuária experimentou uma forte expansão na região nos últimos anos. Até fins da década de sessenta a agricultura estava praticamente circunscrita ao território maranhense e ao leste paraense e recentemente avançou em ritmo acelerado em novas “frentes”, particularmente nas áreas de cerrado do Mato Grosso, Rondônia, Tocantins e do sul do Maranhão, inicialmente com o plantio de arroz e milho e, a partir do final da década de oitenta, com a soja. Nestas novas frentes predominam a produção empresarial, praticada com elevados padrões tecnológicos e altos índices de produtividade. (PAS, 2008, p. 36).

“O Brasil tem a segunda maior produção de soja do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos”. (SOJA AVANÇA..., 2010).

Com a expansão da agropecuária o cerrado se tornou principal área para produção de grãos do país.

“A ampliação de áreas para cultivo de soja, a exploração madeireira predatória e o avanço da pecuária são alguns dos fatores responsáveis pela alta taxa de desmatamento na Amazônia”. (ARTAXO, 2010).

Com o decorrer dos anos a soja foi ganhando espaço e o Estado mais visado seria aquele onde oferecesse a maior área de fronteira entre a floresta e outras vegetações.

Segundo o Greenpeace, o governo brasileiro fomenta a destruição da Amazônia quando destina pesados investimentos diretos e linhas de financiamento a atividades que provocam desmatamento, além de manter baixa presença do poder público, tanto no fornecimento de serviços básicos quanto em fiscalização contra ilegalidades. Tudo isso concentra a expansão da pecuária na região, onde a falta de “governança” significa terra e mão de obra barata. Em área média anual, a Amazônia brasileira tem a maior taxa de perdas florestais.

Na Amazônia brasileira, a ausência de ordenamento territorial, associada à escassa presença do Estado na região, propicia o surgimento de uma série de conflitos sociais sobre os direitos de acesso a terra e aos recursos naturais. (PAS, 2008, p. 60).

“A indústria da pecuária na Amazônia brasileira é o maior vetor de desmatamento do mundo, responsável por um em cada oito hectares destruídos globalmente. Esforços para reduzir as emissões globais de desmatamento devem incluir mudanças no modo de produção deste setor”. (A FARRA..., 2010).

A pecuária na Amazônia se intensificou de certa forma sem precedentes ao longo dos últimos anos e hoje é o principal motivador na mudança do uso do solo na região da Amazônia.

Do boi não se perde nada, se aproveita tudo. A cadeia de produtos tem uma complexidade incrível, com o couro figurando como um co-produto da pecuária de grande peso no mercado internacional. Até pó de extintor de incêndio é fabricado com chifres e cascos de bois moídos, enquanto glândulas são exportadas para laboratórios farmacêuticos na Suíça, contou André Muggiati, especialista da campanha Amazônia do Greenpeace. (BOURSCHEIT, 2009)

A criação de gado, o plantio de soja, a cana de açúcar, são fatores que derrubam milhares de hectares da floresta para suas produções.

A atividade pecuária na Amazônia tem atraído a indústria frigorífica e de laticínios, com crescimento econômico de algumas regiões, o que tem resultado deslocamentos populacionais e implicações na dimensão ambiental. (PAS, 2008, p.40).

Ao se falar de riscos globais, o efeito estufa recebe incremento com grande quantidade de dióxido de carbono (Co2) liberado pelos incêndios e queimadas florestais. Com toda sua exuberância, o ecossistema amazônico é bastante frágil porque é muito fechado em si mesmo: qualquer alteração significativa, ali, pode assumir as proporções de alteração global, não só para a Amazônia e o Brasil, mas também para o planeta Terra. (MILARÉ, 2007, p. 627).

O homem nos dias atuais transforma a floresta, destroem o que era patrimônio mundial para tornar-se, patrimônios particulares. E os resultados dessas ações negativas é a perda da maior extensão florestal primária. “O desmatamento na Amazônia para a abertura de estradas, exploração agropecuária, grilagem de terras e mineração tem provocado o desaparecimento de grandes extensões de floresta primaria”. (MIRANDA, p.50)

O problema maior que encontramos hoje na Amazônia sem sombra de duvida é o desflorestamento. Grandes ações se resultam com a devastação, na mudança do ecossistema, seja a extração da madeira, a criação de gado, a conversão em plantação de soja, fato é a devastação da floresta é algo alarmante.

2.1 DEVASTAÇÃO EM GRANDE ESCALA

Inúmeras são as ações que caracterizam em devastar o meio ambiente, como já foram trabalhadas em outro momento.

As conseqüências advindas da devastação recaem no mundo todo, e não apenas no Brasil.

O modelo da sociedade atual é virado ao consumo desenfreado, e a perda da floresta tem relação íntima a esse consumismo. A biodiversidade gera riqueza fazendo com que haja interesses em explorá-los para render lucro. Privatiza o lucro e socializa o prejuízo.

A expansão descontrolada de consumo desperta novas tecnologias para atenderem a demanda. E aí se processa uma reação em cadeia. A expansão descontrolada da tecnologia sem finalidade maior prega sustos ao homem, cria problemas sociais e políticos, interfere seriamente nas relações internacionais, por causa do não sossego e da competição que cria. A grita que toma conta dos meios de comunicação alarma-o, não porque sinta as dores da mãe-Terra, mas só porque receia ver-se privado de recursos e comodidades. (COIMBRA, 2008, p.229).

A diminuição da biodiversidade diante a devastação e as ações do homem são fatos merecedores de destaque para que sejam modificadas para que no futuro haja mudanças e um desenvolvimento que seja capaz de suportar as gerações.

Milaré (2009, p. 1302), conceitua o ato de devastar sendo “a destruição, corte e abate indiscriminado de matas e floresta, para agricultura, pecuária, urbanização, qualquer outra atividade econômica ou obra de engenharia”.

Difícilmente tratar da Amazônia e não se vincular ao tema desmatamento, a grande devastação, é o maior problema vivido na região amazônica atualmente. A degradação do meio ambiente, da floresta amazônica como referência são fatos antigos e que só vem a crescer desde então.

Meados dos anos 60 o governo militar usou a expressão em slogan “integrar para não entregar”, uma forma de incentivar os homens a migrar a região da Amazônia, ou seja, estimulando um novo movimento de ocupação da Amazônia a partir de grandes projetos mineradores, madeireiros e agropecuários. (WWF, 2010).

Começava ali um olhar para os recursos, para a biodiversidade existente da Amazônia, interagir para não entregar é uma manifestação nacionalista da época, desde então a floresta que era totalmente ocupada apenas por índios passa a ser ocupada por homens, iniciando então a devastação do patrimônio nacional.

O fogo que assola o sul da Amazônia e o Cerrado brasileiros representa o maior desastre ambiental jamais visto neste país. A Amazônia – a maior floresta tropical contínua contida em um único país - detêm os mais altos índices de biodiversidade do mundo. E o Cerrado, a segunda maior vegetação brasileira, hoje reduzida a 20% e berço das maiores bacias hidrográficas da América do Sul, esta sofrendo o descaso dos governantes e da sociedade brasileira. (CARVALHO, 2010).

A questão da devastação do meio ambiente como foco a floresta amazônica não é apenas em âmbito de questão ambiental, nos dias atuais vai muito além, afetando também a questão social.

Por ser um patrimônio de imensa cobiça, se fosse preservada o quanto é desejada poderia ser um tanto quanto mais equilibrada em fatores de desenvolvimento sustentável.

“O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis também vem a definir o termo desmatamento com uma “operação que objetiva supressão total de vegetação nativa de determinada área para uso alternativo do sol”. (IBAMA, 2003).

Em 1966 foi criado o Banco da Amazônia S.A, e em 1968 a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), que foi recriado por novas bases no governo Lula, dinamizaram as políticas de expansão do capital sobre a região, a política criada pelo Sudam teve um forte vínculo com o crescimento da fronteira agrícola.

Hoje na Amazônia o problema maior sem sombra de dúvida consiste na devastação, analisando dados recentes em “julho (2010) foram destruídos 155 km² de Amazônia Legal”,

em relação a julho (2009) houve uma redução porém independente o desmatamento insiste, a cada mês é atualizado pelo Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter), os índices da devastação. (IMAZON, 2010).

“De 1990 a 2002, foram derrubados, só na Amazônia, cerca de 22 milhões de hectares”. (PERES; COUTINHO, 2004).

De lá pra cá o crescimento foi vasto, a floresta vem sendo paulatinamente destruída pelo homem.

O desmatamento na Amazônia brasileira tem aumentado continuamente desde 1991, variando de acordo com as mudanças relacionadas às forças econômicas. Com a destruição da floresta todos saem perdendo. A sócioidiversidade também é ameaçada pela perda de floresta, já que isto elimina culturas indígenas e extrativistas tradicionais tais como seringueiros.

No período de 2002 e 2003, foi de 23.750 km², a segunda maior taxa já registrada nessa região, superada somente pela marca histórica de 29.059 km² desmatados em 1995 (AMAZÔNIA, 2004)

Entre agosto de 2003 a agosto de 2004 foram desmatados 26.130 km² da floresta Amazônica Brasileira. (AMAZÔNIA, 2004)

Já entre 2004 e 2007 houve uma queda no desmatamento. Porém ainda permanecia em grandes quantidades.

A situação estava tão crítica que em 2004, o governo brasileiro criou um Grupo Interministerial a fim de combater o desmatamento e apontar soluções de como minimizar seus efeitos na Amazônia legal. (MMA, 2004).



Figura 1 – Evolução do desmatamento na Amazônia.

Fonte: Ministério do Meio Ambiente.

Os índices mostram que há variações entre o desmatamento, e que o ano de 95 de fato foi o mais alarmante, causando então espanto nos órgãos ambientais de tal forma que houve um decreto para que houvesse a conscientização da preservação e controle do desmatamento.

As florestas do mundo inteiro foram e estão sendo ameaçadas pela degradação descontrolada e a transformação para outros tipos de uso da terra, sob a influência das crescentes necessidades humanas; da expansão agrícola; e do mau manejo daninho para o meio ambiente. Os impactos da perda e degradação das florestas aparecem sob a forma de erosão do solo; perda da biodiversidade; dano aos habitats silvestres e degradação das áreas de bacias, deterioração da qualidade de vida; e redução das opções de desenvolvimento. (Capítulo 11 da Agenda 21. O item 11.10)

Entre 2008 e 2009, a Amazônia perdeu 29 áreas protegidas, por pressão de madeireiros, fazendeiros, mineradores ou do próprio governo, sendo estas áreas reduzidas ou extintas. O instrumento usado pelo governo do Estado para acabar com as áreas protegidas foi o próprio zoneamento ecológico-econômico do Estado, lei que disciplina a ocupação das terras. As unidades de conservação nas zonas de intensificação da produção foram consideradas extintas. (ÂNGELO, 2010)

Em conseqüência dessa devastação encontram-se as alterações climáticas, ou seja, a expansão do desmatamento altera também a formação da chuva.

Quanto menos floresta, menor é a transpiração e menos água é devolvida à atmosfera, prejudicando a formação de chuvas. Uma redução de 40% na cobertura florestal do leste da Amazônia já seria suficiente para desencadear mudanças climáticas severas na região, com aumento de temperatura e redução dos índices pluviométricos. (ESCOBAR, 2007, p.37)

A alteração do sistema da chuva e a elevação da temperatura causam a famosa mudança climática, e com isso afeta o nível dos rios e também a agricultura, a vegetação nativa e as espécies vivas da Amazônia.

Os índices do desmatamento são inconstantes e, a maior parte do desmatamento é ilegal. O ato de devastar a floresta gera liberação de carbono, que age diretamente na mudança do clima, o Brasil está incluso nas maiores discussões, pois “75% das emissões de CO₂ que o Brasil emite é advindo do desmatamento”. (AINDA HÁ..., 2007).

O desflorestamento já consumiu 17% da Amazônia. A maior parte foi transformada em madeira, carne e soja para saciar a demanda de mercados nacionais e internacionais. (ESCOBAR, 2007)

A luta que existe hoje é para que haja a redução desse desmatamento que causam tantos impactos negativos a esfera mundial. Fato é a redução da degradação florestal pode ser

conquistada com a implementação de políticas públicas voltadas para a valorização econômica da floresta e a valorização das populações tradicionais. O modelo econômico pode reduzir os números do desmatamento.

O desmatamento não causa somente graves prejuízos ambientais, mas também tem sido responsável pelo baixo padrão de desenvolvimento econômico e social da Amazônia.

O ano de 2010 teve início com um aumento na devastação em relação ao mesmo período do ano passado. Houve progresso de 26% no desflorestamento, em relação ao mesmo período do ano passado.

Em meados deste ano, houve uma queda no desmatamento, para o Brasil o fato de regredir a degradação é uma vitória.

O total desmatado em julho de 2010, assim como o total dos últimos doze meses, foi consideravelmente menor do que no mesmo período do ano anterior. “Comparado a julho de 2009, o desmatamento caiu 43%, e no acumulado do ano, a queda foi de 48%”. (CALIXTO, 2010).

Os últimos dados sobre o desmatamento mostram a queda deste em agosto houve uma queda. O governo tem razões de sobra para comemorar as sucessivas quedas.

Agora é à hora perfeita para derrotar o dragão do desmatamento. Para isso o governo deve adotar metas e mobilizar a sociedade a apoiá-lo nessa luta. Com metas claras e propostas construtivas, o Brasil teria a credibilidade necessária para levantar os recursos financeiros, destinados a compensar os moradores da floresta pelos serviços ambientais que ela presta ao clima e ao meio ambiente. (GREENPREACE, 2007).

2.2 A QUEDA DO DESMATAMENTO

Por outro lado, o MMA vem afirmando mais recentemente que os índices vêm mantendo uma tendência de queda, diz ministra do meio ambiente, Izabella Teixeira. (CONSTÂNCIO, 2010).

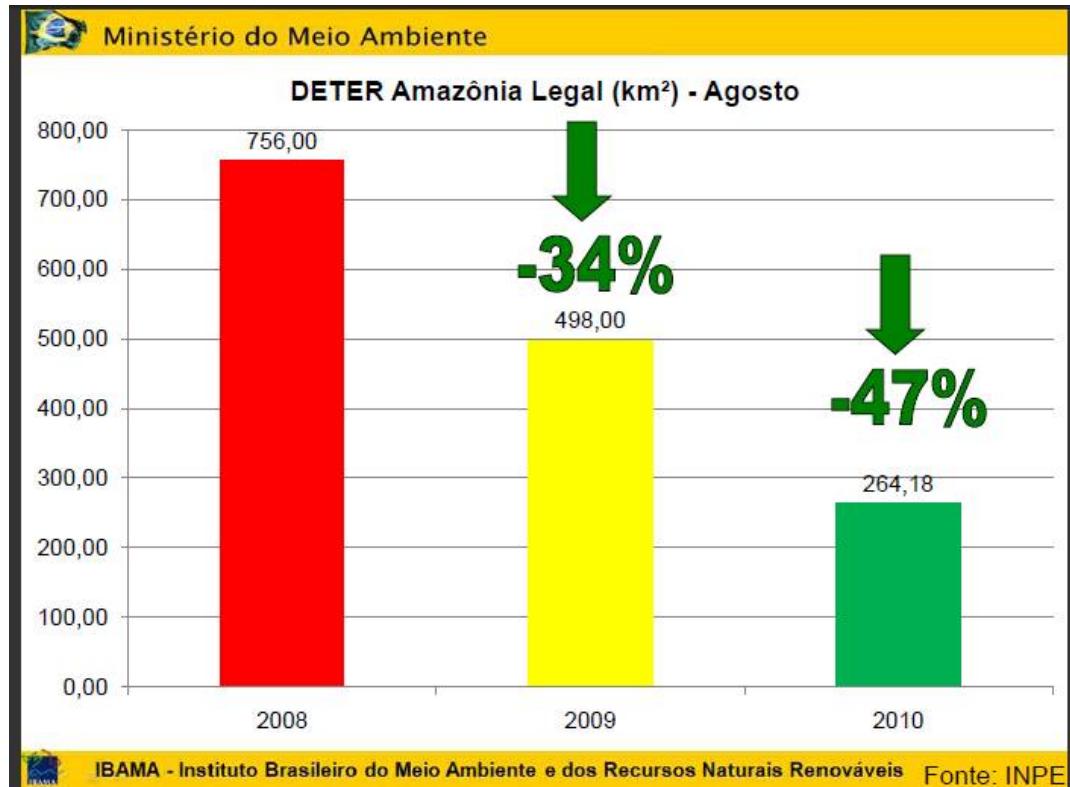


FIGURA 2 – DETER Amazônia legal.

Fonte: MMA, 2010.

Quando há uma atuação plena sobre a grande ameaça ambiental, o homem sempre haverá bons resultados, a fiscalização sempre foi necessária na região amazônica, e os dados apresentados mostram que existe uma queda e a manutenção desta é o ponto ideal para o desenvolvimento do país.

Foi apresentado pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, em palestra na Universidade de Brasília na última sexta-feira, 1º de outubro. “O número comprova a tendência de queda e a efetividade do combate ao desmatamento, que ano passado já havia sido o menor registrado”, comentou a ministra sobre o levantamento mensal.

“Esse é o menor índice dos últimos 21 anos, tempo em que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) monitora a região”. (ECOAGÊNCIA, 2010). No entanto a sociedade vem se conscientizando diante a problemática ambiental.

A queda no desmatamento na Amazônia demonstra que maior governança, agindo de acordo com o benefício da floresta e conseqüentemente ao clima do planeta.

2.3 DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

Há tempos o Brasil sofre ameaças sobre sua soberania mediante a floresta amazônica. Seria a Amazônia um patrimônio de toda humanidade?

Dentre os problemas que cercam a Amazônia, não há como ignorar a ameaça que existe diante a soberania brasileira. Devido à sua vasta biodiversidade, a Amazônia tem chamado a atenção de outros países no âmbito científico e econômico também.

Em 1902 o chanceler alemão Oswald de Richotöfen fez uma proposta ao Barão do Branco onde “seria conveniente que o Brasil não privasse o mundo das riquezas naturais da Amazônia”. (BARROS, 2008, p28).

Diversos pronunciamentos existentes trazem o lema de internacionalizar a Amazônia. AlGore (Alberto Arnold Gore) disse que “ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas sim de todos nós, é um patrimônio da humanidade. (LESSA, 2008, p.14).

Declarações como essas são diversas e por vários líderes do mundo todo.

2.3.1 DO CONCEITO DE SOBERANIA NA ATUALIDADE

Na atualidade o conceito de soberania causa “impacto” com a sociedade moderna, há uma necessidade de uma reforma, ou uma nova interpretação no conceito para adequá-lo a globalização atual.

As grandes transformações que a globalização trouxe para a economia, por meio do desenvolvimento da tecnologia e das comunicações, implicarão na adoção de uma nova postura por parte do Estado diante dos acontecimentos globais.

Encontram-se autores a quais entendem que a globalização no que diz respeito a seu aspecto econômico, de maneira simplificada interrompe a aptidão da soberania dos Estados. A globalização na modernidade é crescente na interdependência econômica das nações, uma vez que ela provoca a soberania, ela gera o desenvolvimento da tecnologia avançada.

Paulo Napoleão Nogueira da Silva defende que “o Estado tem a opção de se associar, criando entidade ou contexto jurídico-político que seja forte o suficiente para resistir às investidas desnacionalizadas”.

Há os que afirmem que o significado moderno de soberania diz respeito a um poder independente, supremo, inalienável e exclusivo. (FARIA, 1999, p.17)

Ao se tratar de limites dentro do conceito de soberania muito se diz deste diante os direitos humanos e também no que tange ao direito ambiental.

Os direitos humanos são violados com uma frequência lamentável, e quando se trata sobre meio ambiente os atos não são diferentes, a degradação desenfreada ambiental é praticada a cada dia, causando intervenção de ONGs, da mídia para uma total atenção do mundo como um todo para o meio ambiente, causando um confronto com o conceito de soberania.

A Constituição Brasileira de 1988 define a soberania como fundamento da República em seu artigo 1º, inciso I.

Discutindo sobre a soberania nacional, ressalta-se que cada Estado é soberano, e conseqüentemente independente de si. O que acontece é que o Estado soberano a cada dia que passa vem a ser menos independente, dando satisfações em suas decisões, satisfação não apenas a população mais aos outros Estados e também para órgãos internacionais.

Seria uma intervenção indireta, contrapondo com o tradicional conceito de soberania.

Uma vez que “as fronteiras são construções artificiais criadas pelos Estados nos dias de hoje, há uma necessidade de enfrentar os desafios decorrentes desse fato e os reflexos destes no direito.” (BERARDO, 2002, p. 40).

O que acontece na atualidade é o conflito entre a conceituação e a realidade da sociedade hoje, onde o Estado não tem sua soberania ilimitada e nem é tão independente. A soberania é diferente em cada organização de poder.

2.3.2 GLOBALIZAÇÃO E A TRANSFORMAÇÃO DO CONCEITO DE SOBERANIA

Muitos autores tratam de soberania, desde Aristóteles até os autores atuais. Já na era contemporânea encontra-se opiniões onde afirmam a soberania como “poder independente, supremo, inalienável e exclusivo” (FARIA, 1999, p.17).

Em toda a história o conceito de soberania sempre se manteve, porém com a evolução do homem foi causando divergências com a realidade existente. Descreve Celso Ribeiro Barros que a soberania,

é a qualidade que cerca o poder do Estado (...) indica poder de mando em última instância, numa sociedade política (...) a soberania se constitui na supremacia do poder dentro da ordem interna e no fato de perante a ordem externa só encontrar Estados de igual poder.

Essa situação é a consagração, na ordem interna do princípio da subordinação, com o Estado no ápice da pirâmide e, na ordem internacional do princípio da coordenação. Ter portanto a soberania como fundamento do Estado brasileiro significa que dentro do nosso território não se admitiria força outra que não a dos poderes juridicamente constituídos, não podendo qualquer agente estranho á nação servir nos seus negócios. (MATINS, 1998, p.165)

O que ocorre hoje é uma breve discussão para modificar, ou reinterpretar o conceito de soberania e moldá-lo nas bases da realidade atual.

À globalização cada dia mais presente na sociedade em meios de comunicação, transportes, tudo junto vindo ao mesmo instante tornar o mundo em uma única economia, uma economia global.

Frente a uma nova realidade, onde a revolução da informação faz com o domínio territorial fique mais tenso em diversos aspectos, a natureza e o valor da soberania levam a crer que estão em meio a uma mudança.

Quando os recursos naturais era o fator dominante da produção, a conquista e o controle de território pareciam uma maneira confiável de aumentar o poder nacional. Hoje, a conquista de território raramente vale seu custo para a nação, já que a guerra e os longos anos de pacificação e repressão quase inevitavelmente destroem e dispersam o capital intelectual, e os recursos materiais que poderiam ser obtidos pela conquista estão declinando em seu valor em todos os lugares. (WRISTON, 1994, p. 71)

O mercado globalizado tende a fazer com que as necessidades econômicas impulsionem os sistemas políticos a se organizarem em direção a formas globalizadas ou então no mínimo em grades formas estatais

Além do fato da interdependência econômica que tem instigado à alteração do conceito de soberania temos também a união dos países, o meio ambiente e os direitos humanos, que fazem uma pressão para que haja uma nova interpretação e uma avaliação do modelo atual econômico, ambiental e social para formular uma nova conceituação, um novo entendimento.

A globalização que provoca o desenvolvimento da tecnologia, a expansão das comunicações e o aperfeiçoamento do sistema de transportes “tem permitido a integração de mercados em velocidade avassaladora e tem propiciado uma

intensificação da circulação de bens, serviços, tecnologias, capitais, cultura e informação em escala planetária”. (FARIA, 1999, p.7)

O fato da globalização hoje é essa união de Estados, onde há uma participação ativa de um perante atitudes e decisões do outro. Ferindo amplamente com a soberania tradicional.

Enseja Manoel Gonçalves Ferreira Filho (Matins, 1998, p.102-113) que... ainda prevalece, nos dias que correm, o modelo de Estado-nação, juridicamente e politicamente construído com base na idéia de soberania. Sem embargo da denúncia dos juristas mais alertas (...) os Estados contemporâneos ainda se pretendem soberanos é o caso do Brasil, do qual um dos fundamentos, ao primeiro, segundo a constituição de 1988, artigo 1º inciso I, é a soberania. Este modelo, surgido no final da Idade Média, esta certamente com os dias contados.

É muito contraditório não falar de internacionalização uma vez que o mundo esta todo globalizado, sendo que (...)

o princípio da soberania é fortemente corroído pelo avanço da ordem jurídica internacional. A todo instante reproduzem-se tratados, conferências, convenções, que procuram traçar as diretrizes para uma convivência pacifica e para uma colaboração permanente entre os Estados. Os múltiplos problemas do mundo moderno, alimentação, energia, poluição, guerra nuclear, repressão ao crime organizado, ultrapassam as barreiras do Estado, impondo-lhe, desde logo, uma interdependência de fato. (Matins, 1998, p.165)

Assim é de grande importância analisar o contexto onde o ecossistema global interligado, interdependente e como exemplo a floresta Amazônica, onde a destruição desta não causa danos apenas ao território que destroem os impactos causados por esses danos recai em todo o globo, conduta que afeta todo o planeta. No entanto quando há intervenção entre os Estados, por exemplo, confronta-se com o tradicional conceito de soberania, uma vez que a decisão final é sempre do Estado soberano, sem qualquer tipo de intervenção de outro estado ou organização internacional.

Fato é o conceito de soberania causa impacto com a sociedade atual, o mundo globalizado.

2.3.3 ONGS NA AMAZÔNIA

Atualmente existem diversas ONGs atuando em diversos cantos do mundo, em diversas áreas, tais como, saúde, combate à pobreza, educação, meio ambiente, desenvolvimento sustentável, entre outras.

As ONGs têm como objetivo de chegar onde a atuação do Estado é escassa, pouco presente, quando não trabalham em parceria. ONGs são organizações não governamentais sem fins lucrativos, que atuam no terceiro setor da sociedade civil. Os recursos obtidos pelas ONGs são através do governo, empresas privadas, e em regra por doações da população.

Em se tratando de meio ambiente diversas ONGs atuam nessa área, como exemplo temos a WWF (World Wide Fund For Nature), que é destinada à proteção do meio ambiente, e que age no mundo todo; o Greenpeace que tem por objetivo a conservação da biodiversidade, e a preservação da natureza, a SOS Mata Atlântica que tem por base primordial atuação na fauna e flora da mata Atlântica.

Na verdade “existe uma coligação, uma permeabilidade entre essas ONGs que atuam na Amazônia, com objetivos internacionais, denuncia o general de exercito Mayard Marques Santa Rosa.” (MONTEIRO, 2007, p.98).

As ONGs proliferam diante a ausência do Estado, não necessariamente precisam ser extintas e sim controladas.

“Um fato que chama a atenção é a inexplicável vontade humanitária demonstrada por milhões de ONGs, conforme afirma o general Mayard. Existem mais de 100 mil ONGs de todos os tipos e interesses atuando sem que o Estado brasileiro tenha controle sobre elas” (BARROS, 2008, p.28).

A maioria das ONGs encontram-se na Amazônia. Existem mais ONGs estrangeiras, indigenistas e ambientalistas na Amazônia brasileira do que em todo continente Africano, que sofre com a fome, sede, guerras civis, epidemias de AIDS e Ebola, massacres de grupos tribais e a presença de minas terrestres.

A atuação dessas ONGs na Amazônia são atitudes básicas de uma investida na cobiça, o que vem após as boas ações nada mais é que o interesse antigo da internacionalização.

“Em 2008, foi divulgada uma tabela a quais mostram os índices das ONG atuando na Amazônia”. (BARROS, 2008, p. 28):

Quadro 1 –

ONGs VOCÊ CONSEGUE ENTENDER ISSO?		
Tabela	Vítimas da seca	Índios na Amazônia (*)
Quantos?	10 milhões	230 mil
Sujeitos a fome?	Sim	Não
Passam sede?	Sim	Não
Subnutrição	Sim	Não
ONGs estrangeiras atuando	Nenhuma	350(**)

*Índice de Desenvolvimento Humano entre 0,487 e 0,672 (considerado baixo).

** Número aproximado de ONGs estrangeiras atuando em proveito da população indígena da Amazônia

No entanto a perspectiva que existe é que a atuação livre das ONGs estrangeiras na Amazônia, sem o controle do governo brasileiro, são pequenas intervenções com uma visão futura de internacionalizar. Pois com a falta do poder executivo dentro da floresta, à fiscalização e a atuação fica retardada, dando ênfase à tão manifestada internacionalização da Amazônia.

3 UM FUTURO SUSTENTÁVEL PARA A AMAZÔNIA

A partir das últimas décadas com a evolução da sociedade, e com os reflexos advindos desse aceleração a questão ambiental se tornou preocupação mundial. Trabalhar com meios sustentáveis é a luta da sociedade contemporânea, e com a Amazônia não seria tão pouco diferente.

As riquezas encontradas na Amazônia são diversas, muitos são elementos de pesquisa de inúmeros estudiosos, e ainda há muito que ser descoberto nessa região. Tudo que se conhece ainda é pouco, resta muita área a ser explorada, estudada e trabalhada. Grande parte da Amazônia é área inexplorada pela ciência.

Através das descobertas existentes sobre o patrimônio que nela existe, diga-se que a importância da Amazônia vai além das estimativas criadas pelo homem; sabe-se que ela tem um fator fundamental no equilíbrio climático do planeta. A Amazônia é um norteador atmosférico a qual estabelece um regimento de chuvas em toda a América do Sul. O que ocorre, pois não se preservam um patrimônio a qual fornece benefícios a todos? Essa questão é posta em discussão e, diante dados levantados verifica-se que há projetos existentes vinculados a sustentabilidade, e mesmo havendo rigidez é lamentável, pois, o cumprimento é existente em baixo nível, ou seja, não tão eficaz quanto deveria ser.

A mudança nas estratégias de desenvolvimento para um conceito do ponto de vista ambiental e social foi uma das diretrizes básicas da nova política regional para a Amazônia, sobretudo com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, no Rio de Janeiro, que ficou conhecida como Rio-92. Destaca-se a partir daí o estabelecimento de um conjunto de princípios inovadores, envolvendo a “cooperação”, entre países ricos e países em desenvolvimento para a preservação ambiental. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2007, p.14).

Em 2007, o Greenpeace em conjunto com outras ONGs lançaram o pacto pelo Desmatamento Zero na Amazônia. O pacto propõe aliar instrumentos de comando e controle de combate ao desmatamento, com a concessão de incentivos econômicos para povos indígenas, populações tradicionais e proprietários rurais mantenham a floresta em pé. O desmatamento zero vem a propiciar a conservação da biodiversidade, para uma utilização correta e sustentável do patrimônio existente para beneficiar a população legal, como por exemplo, as atividades extrativistas, que são alternativas de modo sustentável.

Um futuro sustentável para a Amazônia é a solução para os problemas futuros que podem vir a existir, o desenvolvimento sustentável é o ponto de partida.

O futuro sustentável da Amazônia necessita de planos e diretrizes para seguir e alcançando o fim desejado. Há uma necessidade de organização de políticas públicas para que haja a conservação da Amazônia.

A sustentabilidade é uma ligação entre a forma de organização econômica, social, cultural, e ambiental da sociedade.

Em prol da conservação do meio ambiente e das florestas como todo foram criadas quase 20 milhões de hectares de unidades de conservação nos últimos quatro anos entre 2004 a 2008, ampliando em quase 70% a extensão territorial dessas áreas na região.

Há um forte consenso em torno da necessidade de explorar de forma sustentável a Floresta Amazônica. Ela é tida por todos como um dos grandes recursos da região e o principal vetor na definição da sua vocação econômica.

Os movimentos sociais e os ambientalistas enfatizam a importância da economia baseada na exploração sustentável da floresta e a necessidade de reforçar práticas de “agricultura sustentável”, baseada, sobretudo na pequena produção e voltada para o mercado interno. (AMBIENTE BRASIL, 2010).

Quando se fala em sustentabilidade ambiental esta por si só entende-se que precisa de meios sustentáveis para um ecossistema saudável, natural com finalidade de manter a condição de vida do homem. A sustentabilidade econômica nada mais é que as políticas públicas trabalhando para desenvolver de maneira eficaz, como a utilização dos recursos naturais, como os minerais, matéria-prima, um modo de haver com que haja uma exploração sustentável, sem colocar em risco sua extinção. A sustentabilidade social é o alicerce para qualquer tipo de sustentabilidade, tanto econômica quanto ambiental. Ela visa manter o equilíbrio social, o conjunto do ser humano.

Na 3ª Conferência científica do LBA (Experimento de grande escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia) em 2004, exibiram o futuro sustentável da Amazônia propriamente pode estar vinculado a um tripé onde há ciência + tecnologia + políticas públicas, estando estes trabalhando conjuntamente para um desempenho de desenvolvimento sustentável da floresta amazônica em bases sólidas. Na qual utilizaria de atividades que visam esse desenvolver, essa qualidade sustentável e com um fator menos agressivo ao meio ambiente, e o resultado dessa atitude seria um futuro com menos impactos ambientais.

3.1 HISTÓRICO DA SUSTENTABILIDADE

A preocupação diante o meio ambiente começou a ser discutida na década de 70, quando as ameaças da degradação ambiental dão sinal que precisa de ajuda.

Em 1972 iniciam-se publicamente as discussões sobre o meio ambiente e as necessidades de desenvolvimento. Em Estocolmo, na Suécia no ano de 1972, ocorreu a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano originada pela ONU (Organização das Nações Unidas), com a finalidade de discutir e propor meios de harmonizar o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental.

A necessidade para que haja um equilíbrio entre o homem e a natureza, deu início a essa primeira Conferência, que como consequência levou a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

“O PNUMA tem entre seus principais objetivos manter o estado do meio ambiente global sob contínuo monitoramento utilizando na atualidade os recursos do meio ambiente de modo sustentável, para que as futuras gerações possam da mesma forma adquiri-los, alertar povos e nações sobre problemas e ameaças ao meio ambiente e recomendar medidas para aumentar a qualidade de vida da população sem comprometer os recursos e serviços ambientais das futuras gerações”. (PNUMA, 2010).

Entretanto houve o confronto das perspectivas dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento. Onde os países desenvolvidos estavam apreensivos quanto à questão dos efeitos gerados pela devastação ambiental incontrolada, enquanto os países em desenvolvimento argumentavam que precisavam desenvolver-se rapidamente. Estes criticavam as recomendações dos países ricos, pois tais atitudes estabelecidas diminuiriam a industrialização e o crescimento econômico dos países em desenvolvimento fazendo com que a economia mundial, focasse apenas nos módulos de países desenvolvidos.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, na declaração de Estocolmo/72, salientou que o homem tem direito fundamental “... adequadas condições de vida, em meio ambiente de qualidade...” (MACHADO, 2004, p. 47).

Em 1973, o canadense Maurice Strong lançou o conceito de eco-desenvolvimento, cujos princípios foram formulados por Ignacy Sachs. Os caminhos do desenvolvimento seriam seis: satisfação das necessidades básicas; solidariedade com as gerações futuras; participação da população envolvida; preservação dos recursos

naturais e do meio ambiente; elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito a outras culturas; programas de educação. Esta teoria referia-se principalmente às regiões subdesenvolvidas, envolvendo uma crítica à sociedade industrial. Foram os debates em torno do eco-desenvolvimento que abriram espaço ao conceito de desenvolvimento sustentável. (MATINS, 2004)

Em 1987 foi utilizado pela primeira vez o conceito do desenvolvimento sustentável, no Relatório Brundtland, também conhecido como Nosso Futuro Comum. A ONU e sua comissão mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), presidida por Gro Harlem Brundtland e Manrouf Khalid. Nesse encontro foi posto em discussão o desenvolvimento sustentável.

O relatório não apresenta as críticas à sociedade industrial que caracterizaram os documentos anteriores; demanda crescimento tanto em países industrializados como em subdesenvolvidos, inclusive ligando a superação da pobreza nestes últimos ao crescimento contínuo dos primeiros. Assim, foi bem aceito pela comunidade internacional. (Anbio).

A II Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992, no Rio de Janeiro, mediante patrocínio da ONU.

Apresentou um crescimento do interesse mundial pelo futuro do planeta. Diversos países começaram a dar maior atenção as relações de desenvolvimento sócio-econômico, e as alterações no meio ambiente.

Mais conhecida como Eco-Rio 92, ou Rio 92, como legado: a Declaração do Rio e na Agenda 21, passando a ser o desenvolvimento sustentável meta a ser buscada e respeitada perante todos os países.

A Agenda 21, que contém o pensamento da Conferência sobre poluição atmosférica, reitera o direito à vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza. E consagra a tese de que o direito ao desenvolvimento abarca tanto as necessidades de desenvolvimento quanto as exigências ambientais de gerações presentes e futuras. (BIATO, 2004, p.7)

A agenda 21 reconhece que a biodiversidade tem papel primordial no desenvolvimento sustentável, sendo esta indispensável para o Planeta, e para a integridade cultural, social e econômica da vida humana.

3.2 DO PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O Princípio do Desenvolvimento Sustentável passou a ser conhecido após o relatório de Gro Brundtland, em 1987. Este princípio por sua vez traz para a sociedade contemporânea

um grande desafio, estabelecer de uma vez freios na devastação do ambiente em escala planetária.

O grande desafio da Amazônia hoje é manter o equilíbrio ecológico, junto ao grande valor econômico de seus recursos naturais, e principalmente equiparado ao desenvolvimento sustentável.

Busca-se o crescimento econômico, o desenvolvimento social e paralelamente, a defesa e proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

É necessário que haja o crescimento da sociedade, porém que seja de forma sustentável e conseqüentemente planejada, com intuito de formalizar o econômico-social com a melhor maneira de haver a qualidade ambiental em todo o planeta.

A Constituição Federal de 1988 trata-se do meio ambiente, e logo dispõe sobre o desenvolvimento sustentável, nos artigos 170 e 225 desta dispõem conjuntamente sobre o desenvolvimento econômico e social dando atenção ao meio ambiente, e levando em conta as gerações futuras.

Entretanto a figura do desenvolvimento sustentável leva consigo um tripé incluindo o ambiental, o social e o econômico. Juntos se conciliam e formam a base de uma sociedade sustentável.

O desenvolvimento sustentável exige da sociedade que suas necessidades sejam satisfeitas pelo aumento da produtividade e pela criação de oportunidades políticas, econômicas e sociais iguais para todos. Ele não deve pôr em risco a atmosfera, a água, o solo, e os ecossistemas, fundamentais a vida na Terra. O desenvolvimento sustentável é um processo de mudança no qual o uso dos recursos, e as políticas econômicas, a dinâmica populacional e as estruturas institucionais estão em harmonia e reforçam o potencial atual e futuro para o progresso humano. (MILARÉ, 2007, p. 63).

A base do desenvolvimento sustentável está vinculada as necessidades essenciais e, com tudo nas populações mais vulneráveis, e nos meios de tecnologias avançadas que impedem a expansão do meio ambiente, afetando-o e restringindo a capacidade de atender às necessidades atuais e futuras.

O princípio do desenvolvimento sustentável tem por conteúdo a manutenção das bases vitais da produção e reprodução do homem e de suas atividades, garantindo igualmente uma relação satisfatória entre os homens e destes com o seu ambiente, para que as futuras gerações também tenham oportunidade de desfrutar os mesmos recursos que temos hoje à nossa disposição. (FIORILLO, 1999, p 31).

O meio ambiente hoje vive diversas crises, e o Princípio do Desenvolvimento Sustentável veio para complementar à prevenção desta tamanha diversidade que há no

Planeta. A sustentabilidade ambiental é um modo cauteloso, com a primazia de uma longa vitalidade e um menor impacto naquela região durante gerações. Somando a atividade econômica, o meio ambiente e conjuntamente o bem estar da sociedade, constituem o tripé básico que dão auxílio a idéia de desenvolvimento sustentável.

3.3 O PLANO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL (PAS)

No intuito de uma organização entre desenvolvimento econômico sem atingir o social, e causar impactos ao meio ambiente, em 2003 foi apresentado e aprovado o documento “Amazônia Sustentável”.

Lançado pelo presidente Lula uma proposta de revolução, por meio do Plano Amazônia Sustentável, para mudar o modelo agrário até agora prevalecente pelo modelo florestal.

O PAS teve como base o texto “Amazônia Sustentável- Diretrizes e Prioridades do Ministério do Meio Ambiente”.

Desenvolver a Amazônia Brasileira com bases sustentáveis é a proposta para um futuro sensato.

Antes mesmo de ser assinado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, o PAS – Plano Amazônia Sustentável já produziu efeitos positivos e que podem ser traduzidos, entre outros indicadores, na vertiginosa queda do índice de desmatamento. Esse resultado se deve ao fato de que as diretrizes para elaboração do plano definida em 2003, acordadas entre o governo federal e dos estados amazônicos, orientaram, ao longo dos últimos quatro anos, tanto as ações do governo como os debates no Congresso Nacional, que garantiu instrumentos para a atuação do Executivo. (AmbienteBrasil, 2007).

Em maio de 2008 na 3ª Conferência Nacional do meio Ambiente, foi lançado o Plano Amazônia Sustentável (PAS), com base primordial, estabelecendo um desenvolvimento sustentável na Amazônia Brasileira. O PAS adere a Região do Norte, que inclui os seguintes Estados; Acre, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. E também pertence à Amazônia parte Mato Grosso e Goiás.

O Plano Amazônia Sustentável tem, como objetivo principal, a promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira, mediante a implantação de um novo modelo pautado na valorização de seu enorme patrimônio natural e no aporte de investimentos em tecnologia e infra- estrutura, voltado para a viabilização de atividades econômicas dinâmicas e inovadoras com a geração de emprego e renda, compatível com o uso sustentável dos recursos naturais e a preservação dos biomas, e visando a elevação do nível de vida da população. (PAS, 2008, p. 56).

O PAS vem trazendo uma política para o desenvolvimento da região Norte, para a utilização dos meios de recursos que existe na Amazônia, para o crescimento de renda, gerando novos empregos a comunidade, e visando a diminuição da desigualdade social.

“Embora o PAS tenha propagado a adoção da concepção de desenvolvimento sustentável para a Amazônia, os Planos Plurianuais (PPAs) 2004-2007 e 2008-2009 não apresentaram os meios de financiá-lo”. (LOCATELLI, 2009)

O PAS nasceu com objetivos audaciosos de incluir a variável da transversalidade ambiental na ação política, enfrentar a grilagem de terras e a violação dos direitos humanos, mas, até agora, o Estado brasileiro, carecedor de legitimidade, não conseguiu retirá-lo da categoria teórica de instrumental metodológico de interação entre os níveis de governo federal e estadual, e as consultas/audiências públicas. (LOCATELLI, 2009).

O governo brasileiro propõe as seguintes diretrizes gerais para promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira:

- a. valorizar a diversidade sociocultural e ambiental da Amazônia;
- b. ampliar a presença do Estado na Amazônia para a garantia de maior governabilidade sobre processos de ocupação territorial e de usos dos recursos naturais, maior capacidade de orientação dos processos de transformação socioprodutiva e melhor atendimento dos direitos básicos das populações locais
- c. promover a cooperação e gestão compartilhada de políticas públicas entre as três esferas de governo – federal, estadual e municipal;
- d. ampliar a infra-estrutura regional – energia, armazenagem, transformação, transportes e comunicações, e de prestação de serviços essenciais à qualidade de vida de seus habitantes – saneamento básico, destinação de resíduos sólidos, saúde, educação e segurança pública;
- e. assegurar os direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais da Amazônia, condição para a reprodução social e a integridade cultural das populações ribeirinhas, extrativistas, povos indígenas, quilombolas, entre outras;
- f. combater o desmatamento ilegal associado a transformação da estrutura produtiva regional, coibindo a replicação do padrão extensivo de uso do solo das atividades agropecuárias, predominante na fronteira de expansão da Amazônia nas últimas décadas;
- g. promover a utilização de áreas já desmatadas, com aumento de produtividade e recuperação florestal e produtiva das áreas degradadas – conjuntamente com o fomento ao uso múltiplo das florestas em bases sustentáveis, a partir da aplicação dos conhecimentos técnico-científicos e a capacitação dos atores locais;

h. promover a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico para o desenvolvimento sustentável da região;

i. promover o desenvolvimento da região com equidade, com atenção às questões de gênero, geração, raça e etnia;

j. fomentar o diálogo, a negociação e a formação de consensos entre órgãos governamentais, organizações da sociedade civil e setores empresariais, em contextos democráticos de formulação e gestão de políticas públicas;

k. fortalecer e ponderar a sociedade civil, para que o avanço da presença do Estado na região aconteça em sinergia com o seu engajamento. (PAS, 2008, p. 59).

O PAS tende a favorecer uma integração, havendo então uma conectividade entre o desenvolvimento socioeconômico e a conservação biológica.

“Viver de forma sustentável implica a imprescindível busca de harmonia com as outras pessoas, e com a natureza” (MILARÉ, 2007, p.74).

As diretrizes formuladas pelo PAS é uma conclusão de que a Amazônia precisa para manter um equilíbrio correto. Sendo orientações formuladas para as ações do Estado perante a Amazônia. A precisão de uma preservação de toda diversidade, a ação do Estado mais ativa na Amazônia, uma estrutura para extinguir o desmatamento ilegal, aderir ao plano de manejo entre outros meios como taxados pelas diretrizes.

Aderir o PAS nada mais é que ativar o desenvolvimento sustentável na Amazônia.

A estratégia preconizada pelo PAS defende que é preciso ampliar a presença do Estado na região, em todos os níveis e notadamente através de ações do Governo Federal, garantindo maior governabilidade sobre movimentos de ocupação e transformação sócio-produtiva em determinadas áreas, mas principalmente assegurando adequada provisão de serviços públicos essenciais, como educação, segurança, saúde, habitação, assistência técnica, regularização fundiária e justiça. (PAS, 2004, p.68)

No ano de 2005, o Governo Federal enfatizava planos para a região Amazônica, e dentre eles estava presente o Plano Amazônia Sustentável. Já em 2007 um novo programa foi lançado, dessa vez o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a qual,

Propõe a expansão do investimento público, com acréscimo do investimento privado, sob a teoria de que está elevação juntamente às políticas inclusivas eliminaria os entraves ocasionados pela ausência de infra-estrutura, resultando no fortalecimento do mercado interno e da capacidade produtiva do país. (LOCATELLI, 2009, p.67).

Assim o PAC tornou-se o programa de desenvolvimento do Brasil e conseqüentemente da Amazônia.

Segundo o Presidente da República o “desenvolvimento sustentável, (...) modelo ideal para a Amazônia”. (LOCATELLI, 2009).

3.4 DO MANEJO FLORESTAL

Diante a extensão dos problemas ambientais, é necessário que haja uma conscientização para proteger e conservar as florestas tropicais e também o ecossistema. Começar a praticar uma exploração sustentável, seria o sucesso inicial, a exemplo encontra-se no ordenamento o manejo sustentável. A exploração convencional da floresta danifica profundamente as áreas que explora. Acontece que as áreas exploradas são abandonadas com muitos resíduos e essa flora danificada, sujeita a floresta a riscos de incêndio. E como consequência gera ainda grandes impactos econômicos.

No início dos anos 90, o manejo florestal começou a ser implementado na Amazônia. O Manejo Florestal abrange um conjunto de técnicas empregadas para a colheita criteriosa de parte das árvores grandes, de tal maneira que as menores sejam protegidas para colheitas futuras.

“O Plano de Manejo é documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso e o manejo dos recursos naturais” [...] artigo 2º XVII da Lei 9.985/2000. Por lei o manejo florestal é obrigatório

Já a Lei nº 11.284/2006 dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, defini o manejo florestal sustentável em seu artigo 3º VI: “o manejo florestal sustentável: administração da floresta para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema, objeto de manejo e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de outros bens e serviços de natureza florestal”.

O ideal seria ampliar o econômico ambientalmente sustentável, socialmente e culturalmente. Como requisito do desenvolvimento a extensão natural, cultural e científica da Amazônia deverá ser revertida em riqueza.

“A idéia básica é valorizar a vocação da floresta, conservando e utilizando os recursos naturais de forma racional e duradoura para beneficiar todos os seguimentos sociais da região amazônica em particular e do Brasil em geral”. (WWF, 2010).

O manejo florestal adere urna exploração cuidadosa de impacto ambiental reduzido, levando em consideração a conservação dos recursos naturais, bem como a manutenção da diversidade biológica, a preservação da estrutura da floresta suas funções, e até mesmo o desenvolvimento socioeconômico da região amazônica.

O manejo sustentável da Floresta Amazônica apresenta-se como uma resposta possível ao dilema instalado, pois tem potencial de produzir riquezas que façam face aos dispêndios necessários à sua preservação.

“Desenvolver a economia florestal é uma possível solução apontada por ambientalistas para viabilizar a manutenção de 80% das áreas de vegetação nativa nas fazendas da Amazônia, como determina o Código Florestal”. (CABRAL, 2010)

A floresta Amazônica está em estado degradante diante à ameaça pela exploração econômica predatória, especialmente a da madeira que, causam graves danos ambientais. A necessidade de uma exploração sustentável da madeira é de grande importância, e o manejo florestal sustentável tem por função cumprir esse papel, pois a extração e exportação de madeira é uma das principais atividades econômicas.

Vem se adotando legalmente, para a Amazônia, planos de manejo florestal como política ambiental correta para a exploração madeireira da grande região. O Código Florestal de 1965, no artigo 15, já determinava: "Fica proibida a exploração sob forma empírica das florestas primitivas da bacia amazônica, que só poderão ser utilizadas em observância a planos técnicos de condução e manejo a serem estabelecidos por ato do Poder Público, a ser baixado dentro do prazo de um ano. (GARRIDO FILHA, 2002).

O manejo florestal é obrigatório por lei, uma vez que, garante a conservação de espécies animais, e conseguinte prolonga a vida das áreas exploradas, mantendo então o equilíbrio ambiental. A partir de 1994, após um decreto sancionado pelo presidente da Republica, é que foi claramente pacificado a exploração florestal, mediante o manejo sustentável. As empresas que aderem o manejo florestal podem obter um “selo verde” a qual correspondem à eficiência da exploração de madeira manejada. A conceituada madeira manejada, advinda do manejo florestal é comum as outras, e só recebe esse nome por ser extraída pelo plano de manejo, com baixo nível de impactos, garantindo a regeneração da floresta.

As principais razões para aderir o plano de manejo estão concentradas em alguns aspectos, como a continuidade da produção, uma vez que o manejo oferece uma exploração que permite manter a produtividade em longo período; a rentabilidade, qual o benefício econômico do manejo supera o custo; a segurança do trabalho, pois o manejo tem técnicas

que amenizam os riscos de acidente de trabalho; o respeito à lei sendo que o manejo é obrigatório por lei, a oportunidade de mercado; quando as empresas adotam o manejo como tipo de exploração; a conservação florestal é garantida pois os impactos ambientais são menores; e os serviços ambientais, as florestas manejadas prestam serviços para o equilíbrio do clima do planeta.

3.5 DA OPERAÇÃO ARCO DE FOGO

Além do manejo sustentável, para preservar a madeira da Amazônia, há Operação Arco de Fogo que tem por finalidade o combate à extração e venda clandestina de madeira na Amazônia Legal.

Está Operação é um trabalho conjunto da Polícia Federal, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e da Força Nacional de Segurança contra o desmatamento ilegal, foi inaugurada em junho de 2008. E não bem recebida pela população da região. A operação atua em madeiras e empresas o qual trabalhem com madeira ilegal e promovem desmatamento aplicando multas.

A operação envolve ações de fiscalização, de planos de manejo (locais de extração legal de madeira), medição do produto em pátios de madeiras para verificação da legalidade da madeira vendida e mantida em depósito e, nas estradas, fiscalização do transporte. (AMAZÔNIA..., 2010).

A Operação Arco de Fogo teve início na Tailândia, cidade no estado do Pará, a qual sua economia gira em torno da comercialização e extração ilegal da madeira. A operação é feita em diversas cidades do Estado do Amazonas

A fiscalização da Operação Arco de fogo é de tamanha eficácia, só na cidade da Tailândia até o momento foram aplicadas 23 milhões de multas. Diversas cidades do Estado do Amazonas é foco de fiscalização. Em termos de atuação a Operação Arco de Fogo segue fielmente os moldes de suas intenções, fiscalizar, e fixar penas para os que descumprem a lei.

A precisão de um meio de sustentabilidade para a Amazônia é o que pretende a sociedade e os ambientalistas. O meio ambiente encontra-se altamente degradado e a atuação do desenvolvimento sustentável necessariamente tem como fim preservar de maneira a qual está mesma biodiversidade será explorada pela pelas próximas gerações.

Sendo o Brasil portador de um extraordinário patrimônio natural, cabe a todos o compromisso com as atuais e as futuras gerações, a manutenção do desenvolvimento para que este tenha a durabilidade para manter a geração.

3.6 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UNs)

As unidades de conservação (Uns) são áreas que visam à proteção do meio ambiente. Foram instituídas pelo Poder Público. A lei n. 9.985 de 2000, instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que se dividem em dois patamares, primeiro nas Unidades de Conservação de Proteção Integral, sendo essas a quais, o homem não se habita, sendo uso restrito apenas para atividades como pesquisa, e o uso indireto dos recursos naturais e também o turismo ecológico, por exemplo, as Reservas Biológicas (REBIO), os Parques Nacionais (PARNA).

As reservas biológicas têm como objetivo a preservação integral dos recursos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais. São áreas de posse e domínio públicos, sendo que as propriedades particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas. É proibida a visitação pública, exceto aquela com objetivo educacional, de acordo com o que dispuser o Plano de Manejo da unidade ou regulamento específico. A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições pré-estabelecidas. (WWF, 2010).

Os parques nacionais têm como objetivo a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação e de turismo ecológico. São áreas de posse e domínio públicos, sendo que as propriedades particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas. A visitação pública e a pesquisa científica estão sujeitas às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração e àquelas previstas em regulamento. (WWF, 2010).

E segundo as Unidades de Conservação de Uso Sustentável, está permite a presença do homem, e o objetivo é conservar a natureza mediante o uso sustentável dos recursos naturais. Á exemplo desses encontra-se as florestas nacionais (FLONA), a reserva de desenvolvimento sustentável (RDS).

São áreas com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e têm como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica.

Elas são de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas. Nas Flonas é admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação, em conformidade com o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da unidade. (WWF, 2010).

A RDS tem como objetivo básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida das populações tradicionais. Ela se constitui como área de domínio público, sendo que as propriedades particulares incluídas em seus limites devem ser, quando necessário, desapropriadas. (WWF, 2010)

A realidade vivenciada está direcionando para a salva guarda do meio ambiente, assim como a erradicação da miséria, a educação, entre outros o meio hoje já tem seu espaço e luta para a resistência da conservação da natureza. A pressão antrópica aumentando a cada dia, mostra a contingência de métodos sustentáveis. As unidades de conservação, recaí como procedência em prol da conservação da Amazônia.

De acordo com Rômulo Mello, presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a principal ação do Governo Federal para combater a perda da biodiversidade no País será a criação e consolidação de unidades de conservação (UCs), que garantem a proteção do hábitat natural de inúmeras espécies, auxiliam no combate ao desmatamento e na promoção do desenvolvimento sustentável da região. (CORRÊA, 2010).

“Atualmente na Amazônia brasileira 14,39% da floresta são áreas de unidade de conservação de uso sustentável, e já 7,76% é protegida pelo plano de unidade de conservação de proteção integral”. (SÓCIO AMBIENTAL, 2010).

Por sua vez, a estratégia básica das unidades de conservação é a conservação da biodiversidade, da paisagem, de modo que possam existir mesmo sendo afetado com as ações humanas. Toda unidade de conservação requer de um plano de manejo para esclarecimento das atividades que buscam desenvolver, de forma a garantir a sustentabilidade.

CONCLUSÃO

A Amazônia é redentora da mais vasta biodiversidade do planeta. Nada obstante ser uma área com tamanha exuberância, enfrenta problemas em iguais proporções.

A velha cobiça insiste em permanecer, porém a devastação também predomina. Falta atuação do governo para que haja a preservação, uma vez que o Brasil tem a soberania ele tem o dever de cuidar, de conservar o meio ambiente.

A exploração dos recursos naturais como se estes fossem inesgotáveis, o modelo atual da sociedade os benefícios sociais que se originam de rigorosos padrões ambientais causando impactos ao meio ambiente, carecendo então de uma economia sustentável.

Conservar e preservar os recursos naturais implica em usá-los de forma econômica e conseqüentemente de forma racional, com a finalidade de abster-se deles, onde os renováveis não venham a extinção por mau uso, e para tanto que os não renováveis perdurem por mais tempo.

A devastação hoje tem sido considerada, o problema da Amazônia. A exploração dos recursos naturais de forma desenfreada, a derrubada da floresta para formação de pasto e plantações, entre outros.

Assim sendo, a ausência de implementação por parte do Estado “influencia” essa devastação.

A soberania da Amazônia está ameaçada e este fato tem causado inúmeras discussões.

O mundo todo se beneficia com a Amazônia, sendo ela o fator primordial para a manutenção do equilíbrio do clima. Com a perda da floresta, em conseqüência da devastação, seria um caos mundial, por mais que haja um conhecimento da floresta amazônica, ainda hoje é de grande necessidade de mais estudos avançados para conhecer tudo que há, e não tenha sido descoberto. A importância do conhecimento para a conservação e preservação é essencial, uma vez que só há preservação do conteúdo que há conhecimento.

Conhecer é fundamental para preservar, a partir do momento em que houver consciência do valor da floresta amazônica, a destruição será minimizada e passará a reinar a sustentabilidade ambiental.

O modelo econômico utilizado na sociedade a qual vem a exceder o modelo consumerista atinge o meio ambiente em alta escala.

O desenvolvimento sustentável que chegou para ficar, sendo aquele que "atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras suprirem as suas" dando origem para um desenvolvimento a qual deveria ser adotado pelos países amazônicos.

A sustentabilidade fomentada atualmente visa à concentração ativa do desenvolvimento sustentável, sendo este a base para a melhoria atual e principalmente futura do meio ambiente. O fundamento da sustentabilidade está vinculado às necessidades essenciais para a sobrevivência do ser humano, sem requisito de luxo e adereços desnecessários.

O Estado criou ações e programas, para o desenvolvimento da Amazônia, como o Plano Amazônia Sustentável (PAS), o Plano de Manejo Sustentável, a Operação Arco de Fogo, as Unidades de Conservação, e o alicerce para qualquer plano de desenvolvimento, encontram-se o desenvolvimento sustentável.

O governo brasileiro, no entanto, propôs diretrizes para a promoção do desenvolvimento sustentável na Amazônia.

De acordo com a realidade vigente, a Amazônia sofre com a pressão antrópica e clama socorro. Através destes projetos enunciados a estrutura amazônica se concretizaria com forma sustentável. O destino da Amazônia sem sombra de dúvida depende de uma mudança significativa no modelo atual de desenvolvimento.

Com a evolução da sociedade, o meio ambiente ganhou espaço no ordenamento jurídico, e com as indevidas ações humanitárias hoje a natureza manifesta com os resultados desses atos, devastação da floresta, poluição de rios, extinção dos recursos naturais não renováveis, entre outros, a partir desse momento a sociedade começa a ver as conseqüências causadas diante seus atos. E a criação e a efetividade de programas para um "novo" desenvolvimento da Amazônia, o futuro da Amazônia é o centro das atenções na sociedade contemporânea. A praticidade das governanças conjuntamente com os planos, programas, diretrizes e ações para um futuro sustentável da Amazônia daria uma harmonia para a humanidade e garantia de estabilidade ambiental, o ambiente ecologicamente equilibrado, obtendo assim uma melhor qualidade de vida a população que nesse planeta se habita.

A atuação do Estado é primordial para que se alcance um ambiente sadio, o futuro sustentável da Amazônia depende da ação direta do Estado, em prol do meio ambiente equilibrado.

REFERÊNCIAS

AMAZÔNIA Sustentável produz efeitos positivos na queda do desmatamento. 2007. Disponível em: <<http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2007/11/23/34876-amazonia-sustentavel-produz-efeitos-positivos-na-queda-do-desmatamento.html>> acesso em: 27 out. 2010.

A EXPLORAÇÃO de madeira na amazônia: a Ilegalidade e a destruição ainda predominam. Disponível em: <http://www.greenpeace.org.br/amazonia/pdf/techrep_planos_manejo.pdf> Acesso em: 9 set.2010.

A FARRA do boi na amazônia. Disponível em: <http://www.amazonia.org.br/guia/detalhes.cfm?id=313478&tipo=6&cat_id=46&subcat_id=1> Acesso em: 3 set.2010.

ABRANTES, J.S. **Bio(Sócio) Diversidade e Empreendedorismo Ambiental na Amazônia**. 2002. 116f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, Brasília.

AINDA HÁ tempo? Revista Grandes Reportagens O Estado de S. Paulo, **Amazônia** 2007, Novembro/Dezembro. p. 8.

ANDRADE, I. P. de. Recuperação da terra devastada. **Revista Scientific American Brasil, Amazônia A Floresta e o Futuro**. Volume n.2 p.50.

ÂNGELO, C. **Amazônia perde 29 áreas protegidas entre 2008 e 2009**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/786956-amazonia-perde-29-areas-protegidas-entre-2008-e-2009.shtml>> Acesso em: 11 out.2010.

ARTAXO, P. Equilíbrio delicado. **Revista Scientific American Brasil, Amazônia A Floresta e o Futuro** Volume 2, p.97.

BARROS, M. D. **Internacionalização Da Amazônia realidade ou utopia**. Revista Jurídica Consulex, 2008. p.28.

BERARDO, T. Soberania, um Novo Conceito? **Revista de Direito Constitucional e Internacional**, São Paulo, n. 40, p. 26-29, julho/set. 2002.

BIATO, M. F. **Convenção-quadro das nações unidas sobre mudança do clima**. Brasília - 2004.

BIOPIRATARIA na Amazônia. 2010. Disponível em: <http://ambientes.ambientebrasil.com.br/amazonia/floresta_amazonica/biopirataria_na_amazonia.html> Acesso em: 10 agosto 2010.

BOURSCHEIT, A. **Governo é aliado da destruição da Amazônia.** 2009. Disponível em: <[tp://www.oeco.com.br/reportagens/21804-governo-e-aliado-na-destruicao-da-amazonia](http://www.oeco.com.br/reportagens/21804-governo-e-aliado-na-destruicao-da-amazonia)>. Acesso em 10 março. 2010.

CABRAL, P. **Manejo florestal inspira projetos e desperta ceticismo na Amazônia.** 2009. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/07/090728_amazonia_economia_pc_ac.shtml> Acesso em: 19 out.2010.

CALIXTO, B. **Em julho, 485 km2 foram desmatados na Amazônia.** 2010. Disponível em: <<http://www.envolverde.com.br/materia.php?cod=80239&edt=56>>. Acesso em: 23 out.2010.

CÂMARA DOS DEPUTADOS- Comissão da Amazônia Integração Nacional e Desenvolvimento Regional. Documento de Orientação. **I Simpósio Amazônia e Desenvolvimento Nacional Brasileiro**, 2007, p.14.

CARVALHO, V. Da R. **Fogo: tolerância zero.** 2010. Disponível em: <<http://www.oeco.com.br/convidados/24402-fogo-tolerancia-zero>>. Acesso em: 22 out.2010.

COIMBRA, Á. **O outro lado do Meio Ambiente.** Campinas: Millennium, 2008, p. 229.

CONSTÂNCIO, P. **Desmatamento registra nova queda em agosto.** 2010. Disponível em: <<http://www.envolverde.com.br/materia.php?cod=82168&edt=41>>. Acesso em 17 out.2010.

CUNHA, H. B. da, O mundo das águas. **Revista Scientific American Brasil, Amazônia A Floresta e o Futuro**, Volume n.2, p.13.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA LEGAL. 2010. Disponível em: <http://ambientes.ambientebrasil.com.br/gestao/artigos/desenvolvimento_sustentavel_na_amazonia_legal.html>. Acesso em: 22 out.2010.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. 2010. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/reducao_de_impactos2/amazonia> . Acesso em:11 out.2010.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (anbio). 2010. Disponível em: <http://www.anbio.org.br/bio/biodiver_not110.htm>. Acesso em: 24 out.2010.

DESMATAMENTO É O SEGUNDO MAIOR DA HISTÓRIA DA AMAZÔNIA. 2004. Disponível em: <<http://www.amazonia.org.br/noticias/noticia.cfm?id=103803>>. Acesso em: 21 set.2010.

DESMATAMENTO. 2003. Disponível em:<http://www.ibama.gov.br/recursos-florestais/wp-content/files/077-desmatamento_2003.pdf>. Acesso em: 15 set.2010.

ESCOBAR, H. **A maior floresta do mundo.** Revista Grandes Reportagens O Estado de S. Paulo, Amazônia 2007, Novembro/Dezembro p. 11.

ESCOBAR, H. **Máquina de fazer chuva.** Revista Grandes Reportagens O Estado de S. Paulo, **Amazônia** 2007, Novembro/Dezembro. p. 37.

FARIA, J. E. **O Direito na Economia Globalizada**. São Paulo: Malheiros, 1999, p.7,17.

FIORILLO, C. A. P.; DIAFÉRIA, A. **Biodiversidade e patrimônio genético no direito ambiental brasileiro**. São Paulo. Editora Max Limonad. 1999, p. 31.

FLORESTA TROPICAL é a maior ‘máquina’ de absorver CO₂, Folha de S. Paulo, Ciência, 9 de Julho de 2010, A14.

GARRIDO FILHA, I. **Manejo florestal: questões econômico-financeiras e ambientais**. 2002. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000200007>. Acesso em: 26 out.2010.

HOMMA, A. K. O. **Extrativismo, Biodiversidade e Biopirataria na Amazônia**. 2008.

Disponível em:

<http://www.embrapa.gov.br/publicacoes/tecnico/folderTextoDiscussao/arquivos-pdf/Texto-27_20-05-08.pdf>. Acesso em 24 set.2010.

IMAZON detecta 155 km² de desmatamento em julho na Amazônia. 2010. Disponível em: <<http://www.globoamazonia.com/Amazonia/0,,MUL1616088-16052,00.html>>. Acesso em: 20 out.2010.

INTEGRAR para não entregar. 2006. Disponível em:

<http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/amazonia1/nossas_solucoes_na_amazonia/exp/exp_jur/relatos_online/?2866>. Acesso em: 21 set.2010.

Lei nº 9.985 de 2000, “**Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**” artigo 2º XII.

LESSA, Gen. L. G. **A Realidade da Amazônia**, Soberania ameaçada, farsa ou realidade? . Revista Digesto Econômico, Amazônia Cobiçada, Maio/Junho 2008. p.12,14.

LOCATELLI, S. H. **Plano Amazônia Sustentável. Uma nova concepção Estatal de Desenvolvimento para a Amazônia?** Dissertação em Mestrado. Brasília 2009, p.67.

MACHADO, P. A. L. **Direito Ambiental Brasileiro**, 12º Edição; 2004, p.47.

MATINS, I. G. (Coord.), **O Estado do Futuro**. São Paulo: Pioneira, 1998. p. 102,165.

MILARÉ, E. **Direito Ambiental**. 5º edição, 2007. p. 63,154, 627, 809.

MILARÉ, E. **Direito do Ambiente** – A Gestão Ambiental em Foco (Doutrina, Jurisprudência e Glossário). 6ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Plano de ação para a prevenção e controle do desmatamento na Amazônia legal, Brasília, 2004.

MINISTRA apresenta dados inéditos do desmatamento na Amazônia. Disponível em: <<http://www.envolverde.com.br/materia.php?cod=81884&edt=56>> acesso 15 out.2010.

MONTEIRO, T. **ONGs demais, controle de menos**. Revista Grandes Reportagens, O Estado de São Paulo. 2007, p.98.

O ALERTA da poluição nos rios da amazônia. 2002. Disponível em:
<<http://revistapesquisa.fapesp.br/?art=1755&bd=1&pg=1&lg=>> . Acesso em 12 out.2010

O FATOR humano. **Revista Veja especial** Amazônia, Setembro de 2009, p. 22, 24, 26.

OPERAÇÃO arco de fogo conta com indígenas cinto larga na apreensão de madeiras ilegais. 2010. Disponível em: <http://www.amazonia.org.br/noticias/noticia.cfm?id=365143>. Acesso em: 29 out.2010.

PAREJO, L. C. **Biodiversidade e clima da floresta amazônica**. Disponível em:
<http://educacao.uol.com.br/geografia/amazonia.jhtm>. Acesso em: 5 agosto,2010.

PERES, L.; COUTINHO, L **O paraíso cercado e ameaçado**, fevereiro de 2004. Disponível em: http://veja.abril.com.br/250204/p_064.html. Acesso em 18 set.2010.

PLANO Amazônia Sustentável – PAS. 2008, p.36, 50, 60. Disponível em:
<<http://comissao.amazonianet.org.br/pub/publicacoes/d2b12f44dac5cad8b133fd0d7e9357d0.pdf>>. Acesso em: 13 out.2010.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE. 2010. Disponível em:
<http://www.onu-brasil.org.br/agencias_pnuma.php > acesso em: 18 out.2010.

QUEDA NO desmatamento na Amazônia: notícia boa com gosto amargo. 2007. Disponível em:< <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/queda-no-desmatamento-na-amaz/>>. Acesso em: 19 set.2010.

SOJA AVANÇA sobre Amazônia legal. 2010. Disponível em:
<<http://www.observatoriosocial.org.br/portal/imagens/stories/publicacoes/er15-soja.pdf>>. Acesso em: 17 agosto.2010.

TOMAZELA, J. M. **A mata já era**. Grandes reportagens O Estado de São Paulo Amazônia. 2007, p. 50.

WRISTON, W. B. **O Crepúsculo da Soberania: como a revolução da informação está transformando o nosso mundo**. São Paulo: Makron Books, 1994, p.71.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA AMAZÔNIA LEGAL. 2010. Disponível em:
<http://www.socioambiental.org/uc/quadro_geral>. Acesso em: 30 out.2010.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL. 2010. Disponível em:
<www.wwf.org.br/informacoes/questoes_ambientes/unid/protint/> acesso em: 30 out. 2010.

Ministra apresenta dados inéditos do desmatamento na Amazônia Disponível em:
<<http://www.ecoagencia.com.br/?open=noticias&id=VZISXRFWwJIUspFSjZkWaN2aKVVVB1TP>>. Acesso em 25 out.2010.